

PExt no HABEAS CORPUS Nº 507.577 - SP (2019/0122681-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : EVERTON FELIPE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : MAURILIO LUCIANO DUMONT - SP335571
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRANTE : LOURIVAL CASEMIRO RODRIGUES
ADVOGADO : LOURIVAL CASEMIRO RODRIGUES - SP121575
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAROLINE LUIZA NOVELA SILVA DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

EVERTON FELIPE OLIVEIRA DOS SANTOS requer a extensão dos efeitos da liminar deferida à paciente.

O requerente indica a similitude das situações fática e processual e pleiteiam a aplicação do art. 580 do CPP.

Decido.

A paciente foi beneficiada com o deferimento da medida de urgência, nos seguintes termos:

[...]

Na espécie, verifico que o Magistrado singular embasou sua decisão em elementos concretos e idôneos – **indicação de conversa entre a acusada e outro corréu, em que a ela afirma portar 25 g de maconha para a venda, além dos petrechos usados na mercancia ilícita encontrados em sua residência após busca policial** –, mas não demonstrou, satisfatoriamente, a insuficiência de outras medidas menos gravosas que a preventiva. Isso porque, **embora haja referência de comercialização de maconha, entendo não constituir quantidade exacerbada da respectiva droga, além de não haver indicação de participação na organização criminosa de forma permanente ou destacada.**

Entendo, portanto, que os elementos apresentados, por si só, não servem para denotar a periculosidade exacerbada da investigado na traficância, a ponto de

justificar o emprego da cautela máxima. Assim, as circunstâncias apresentadas, por si só, não poderiam ensejar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente para o objetivo de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Considerando, assim, que o delito não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa e avaliando as circunstâncias em que perpetrado o suposto crime em questão, entendo configurados os requisitos que justificam o deferimento da medida de urgência, quais sejam, o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Apesar da reprovabilidade social do comportamento atribuído ao paciente – a ensejar-lhe, se demonstrada a imputação, correspondente e proporcional sancionamento penal –, **considero**, ao menos *initio litis*, ser **suficiente e adequada, na hipótese, a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares** a ela alternativas.

É plenamente possível que, embora presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – **à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011** – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

Tal opção judicial produzirá o mesmo resultado cautelar – no caso em exame, evitar a prática de novos crimes, de maneira a proteger a ordem pública – **sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção da acusado**, notadamente porque os delitos a ela atribuídos não envolveram violência ou grave ameaça contra pessoa.

Verifico a possibilidade de aplicação do art. 580 do CPP, uma vez que o fundamento do acórdão da Sexta Turma é de **natureza objetiva** (falta de cautelaridade da medida extrema) e aproveita ao requerente, também presos em flagrante por força do mesmo decreto preventivo, tendo em vista os fundamentos a seguir.

Análoga à situação da paciente é a do corréu **Ewerton**, com

quem, sobre quem a decisão da preventiva menciona a comercialização de apenas 5 g de entorpecente (não especifica a natureza):

Ewerton se negou a fornecer a senha de seu celular, assim, foi encaminhado para a perícia e ainda não há resultado.

Porém, no aparelho de Paulo Henrique foram encontradas conversas mantidas com Ewerton onde demonstra fortes indícios de que Ewerton atuava associado a Paulo na prática do tráfico de drogas.

Em uma das conversas, **Paulo Henrique pergunta se Ewerton "fez progresso com as 5g", ou seja, se ele conseguiu revender as cinco gramas de drogas ilícitas que estariam em seu poder.**

Em outra conversa, Ewerton se refere a um usuário como "pote de ouro", demonstrando preocupação com o fato de que referida pessoa iria deixar de usar o que seria entorpecentes c, com isso, parar de gerar lucro para a dupla.

As conversas mantidas com Cenol trazem fortes indícios de que Ewerton atuou associado àquele traficante na venda de drogas e que adquiriu dele, onde teria adquirido, para revenda, substâncias entorpecentes (fls. 109-110, grifei).

Assim, as circunstâncias apresentadas, por si só, não poderiam ensejar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente para o objetivo de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Conforme dito na decisão anterior, tendo em vista que o delito não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa e avaliando as circunstâncias em que perpetrado o suposto crime em questão, **entendo cabível a extensão dos efeitos do deferimento da medida de urgência aos requerentes.**

Apesar da reprovabilidade social do comportamento atribuído ao corréu – a ensinar-lhe, se demonstrada a imputação, correspondente e proporcional sancionamento penal –, **também considero ser suficiente e adequada, na hipótese, a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares a ela alternativas.**

Reitero que é plenamente possível que, embora presentes os

motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – **à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011** – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

Tal opção judicial produzirá o mesmo resultado cautelar – no caso em exame, evitar a prática de novos crimes, de maneira a proteger a ordem pública – **sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção do acusado**, notadamente porque o delito a ele atribuído não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa.

À vista do exposto, **defiro o pedido de extensão aos requerentes**, para, à luz das peculiaridades do caso concreto, substituir a prisão preventiva do requerente pelas seguintes medidas cautelares:

- a) comparecimento periódico em juízo, sempre que for intimada para os atos do processo e no prazo e nas condições a serem fixados pelo Juiz, a fim de informar seu endereço e justificar suas atividades;
- b) proibição de ausentar-se da Comarca, quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;
- c) recolhimento domiciliar noturno (das 20h de um dia às 6h do dia seguinte), **sem prejuízo de imposição de outras medidas que o prudente arbítrio do Juiz natural da causa entender cabíveis e adequadas**.

Alerte-se à paciente que **a violação das medidas cautelares importará o restabelecimento da prisão preventiva**, que poderá ser novamente aplicada se sobrevier situação que configure a exigência da cautelar mais gravosa.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem e ao Tribunal local, solicitando-lhes informações que devem ser enviadas via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

